

Mulheres, mudanças climáticas e migração Sul-Sul

Yasmin Mussalem Haddad¹

Margarita Olivera²

Resumo: O artigo se propõe a analisar o impacto da interação entre crise climática, econômica e dos cuidados sobre a mobilidade das mulheres, tendo como foco a migração de mulheres do Sul global para o Brasil. Para tanto, expõe a economia feminista e a perspectiva decolonial como marcos teóricos importantes para a compreensão de tal fenômeno. Em adição, realiza um panorama preliminar sobre o perfil dos migrantes e as condições de trabalho dessas mulheres no Brasil, por meio de dados compilados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

Palavras-chave: mudanças climáticas; migrações femininas; economia feminista.

Abstract: The present paper seeks to analyze the impact of the interaction between the climate, economic and care crises on women's mobility, especially focusing on migration patterns of women from the global South to Brazil. To do so, we propose feminist economics and a decolonial approach as important perspectives for the comprehension of this phenomenon. In addition, we also realize a preliminary overview of the migrant's profiles and working conditions in Brazil, based on data compiled by the Observatory for International Migrants (OBMigra).

Keywords: climate change; female migration; feminist economics.

¹ Aluna do doutorado do Programa de Pós Graduação em Economia da UFRJ.

² Professora adjunta do Instituto de Economia da UFRJ.

Introdução

Nos últimos séculos, a humanidade foi testemunha de uma profunda transformação em seu relacionamento com o ambiente, caracterizada pela ascensão do Capitaloceno (Moore, 2017). Este período, definido pela exploração intensiva dos recursos naturais em busca de lucro, acarretou mudanças climáticas globais, resultando em uma emergência climática inegável. O Capitaloceno, marcado pela exploração desenfreada de recursos naturais, emerge como um catalisador significativo das mudanças climáticas, impulsionando práticas econômicas insustentáveis, como desmatamento, queima de combustíveis fósseis e exploração desmedida de recursos naturais.

A era do Capitaloceno não se limita a um mero capítulo na história geológica, mas se apresenta como uma narrativa contemporânea. A polarização das riquezas e o desenvolvimento desigual culminam na formação de comunidades mais empobrecidas e marginalizadas, as quais suportam desproporcionalmente as consequências ambientais.

Como resultado dessas práticas predatórias, observa-se uma intensificação de eventos climáticos extremos, como elevação do nível do mar, prolongamento de períodos de seca, aumento de furacões, terremotos e maremotos, impactando diretamente a habitabilidade de diversas regiões e forçando comunidades a migrar. Este fenômeno, denominado "migração climática", afeta de maneira particular as mulheres, que frequentemente enfrentam desafios específicos durante esses deslocamentos.

Por outro lado, os eventos extremos provocados pelas mudanças climáticas não apenas incentivam o deslocamento da população, mas também impactam de forma mais severa as populações migrantes, que se estabelecem em países diferentes de seus países de origem, enfrentando sérias dificuldades, como acesso à documentação, moradia, emprego e, em alguns casos, problemas de comunicação devido às diferenças idiomáticas e culturais, sem redes de apoio e muitas vezes sem recursos suficientes para recomeçar a vida no país de destino. Dessa forma, esses migrantes encontram-se em uma situação de maior vulnerabilidade social e econômica, com menos ferramentas para enfrentar tais efeitos.

Introduzindo a dimensão de gênero, torna-se imperativo considerar as especificidades das migrações femininas induzidas pelo Capitaloceno. A divisão sexual do trabalho que caracteriza o capitalismo patriarcal impõe sobre as mulheres a responsabilidade do cuidado e da sustentação da vida e da força de trabalho, colocando-as em uma situação mais vulnerável diante das consequências das mudanças climáticas, dado que as pressões ambientais intensificam suas responsabilidades, aumentando a carga física e emocional. Além disso, as

mulheres enfrentam maior vulnerabilidade à violência de gênero durante as migrações, tornando-se alvos de exploração e abuso.

A perspectiva feminista e interseccional revela desigualdades e desafios enfrentados por mulheres migrantes, destacando a necessidade de analisar as causas e consequências da migração considerando gênero, raça e classe. Além disso, uma abordagem decolonial é essencial para desafiar visões eurocêtricas e reconhecer as experiências específicas dos migrantes do Sul global.

Dados recentes sobre a migração e trabalho no Brasil revelam mudanças nos fluxos migratórios, com impactos na inserção laboral das mulheres imigrantes, enfatizando a importância de políticas inclusivas e equitativas. A relação entre alimentação e migrações de mulheres revela uma intrincada teia de desafios e dinâmicas sociais. A soberania alimentar, entendida como o direito de decidir sobre o sistema alimentar, emerge como elemento crucial nesse contexto. Mulheres migrantes, especialmente aquelas racializadas, enfrentam obstáculos ampliados devido a discriminações de gênero e falta de acesso a recursos.

Dado tal contexto, o presente trabalho se propõe a entender a interação entre crise climática, econômica e de cuidados como motor da mobilidade feminina, destacando ainda seus efeitos para as condições de vida e trabalho das mulheres migrantes, pensando particularmente a migração Sul-Sul. Diante disso, busca colocar a economia feminista e o pensamento decolonial como eixos importantes para se pensar tal cenário. Em adição, faz um breve panorama do perfil dos migrantes e das condições de trabalho das migrantes que chegam ao Brasil na última década, partindo de dados compilados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

As migrações femininas e as suas especificidades

A aceleração dos processos de produção, consumo, acumulação, e financeirização no sistema capitalista, em especial em sua fase neoliberal, se destacam como ameaças à sustentabilidade da vida no planeta. Tal mudança possui como consequência uma interação entre diferentes processos de crise – econômica, climática e de cuidados – no mundo (Fraser, 2016), todos resultantes de um modo capitalista de produção que tem por base o extrativismo, a exploração do trabalho humano, e dos corpos e territórios (Pereira, Olivera, 2021; Carrasco, Tello, 2011; Herrero, 2014).

Os impactos das mudanças climáticas e globais, como ondas de calor, eventos de frio extremo, elevação do nível do mar, períodos prolongados de seca, desabamentos, acidificação

dos oceanos, e derretimento das geleiras, em conjunto com distintas outras formas de transformação -socioeconômicas, políticas, ambientais ou culturais- possuem consequências muito importantes, incluindo a perda da soberania alimentar, restrição do acesso à água limpa, escassez de alimentos, perda de empregos, entre outros (Olivera et al, 2021; Puleo, 2019). Todos esses fatores são atualmente motores muito importantes da mobilidade, resultando no aumento dos fluxos migratórios ao redor do mundo, sejam eles voluntários ou forçados.

Esses eventos possuem consequências diversas, tais como o aumento nas doenças, lesões e amputações, o que implica uma necessidade de cuidado maior. Em adição, tendem a estender o tempo necessário para deslocamento, buscar água, aquisição ou produção de alimentos, e preparação de refeições para a família. Muitas vezes essas situações requerem, também, um rearranjo nos domicílios no que diz respeito à limpeza e sanitização dos espaços.

Dentro da divisão sexual do trabalho característica do patriarcado e que é acentuada na era capitalista por meio da separação entre as esferas doméstica e produtiva (Federici, 2017), as mulheres são colocadas como responsáveis pelo cuidado, seja ele remunerado ou não, no ambiente doméstico. Atenta-se para o fato de que confrontar as repercussões das mudanças climáticas gera uma carga adicional para as mulheres, tanto física quanto mentalmente, em especial para mulheres em situação de maior vulnerabilidade, visto que estas possuem menos ferramentas para ajudar a navegar tais questões. Essas circunstâncias são intensificadas por gaps salariais, oportunidades de emprego desiguais, acesso a bens e serviços públicos, representação política e direitos em geral (Biroli, 2018).

Como indica o relatório da CEPAL (2019), apesar dos avanços nos direitos das mulheres e sua inclusão no mercado de trabalho, persiste uma tendência de crescente super-representação das mulheres em domicílios em situação de pobreza, refletida no índice de feminilidade de famílias pobres e extremamente pobres. Globalmente, 70% dos 1,3 mil milhões de pessoas em situação de pobreza são mulheres (Parlamento Europeu, 2017), o que implica que as mesmas têm menos recursos para se adaptarem aos efeitos das mudanças climáticas. As mulheres se defrontam com a pobreza monetária e de tempo (Rodriguez Enriquez, 2019), elas enfrentam desafios em termos de recursos financeiros e tempo disponível, muitas vezes assumindo o trabalho de cuidado não remunerado. Estão sujeitos a condições de trabalho precárias, baixos salários e proteções trabalhistas limitadas, tornando-os mais vulneráveis à perda de emprego e à perda de renda durante as crises (Teixeira, 2017. Olivera, Vieira, Baeta, 2021). Apesar destes desafios, a sua representação na tomada de decisões continua a ser limitada, ao mesmo tempo que continuam a assumir responsabilidades primárias por tarefas domésticas remuneradas e não remuneradas.

Essas mulheres, por sua vez, são fortemente afetadas pela perda de "bens comuns" e espaços de refúgio produzidos pelas mudanças globais, reduzindo o acesso a rios, terras e florestas (Puleo, 2019). É possível afirmar que a terra é um elemento produtivo de extrema relevância, considerando que é a base material para o trabalho de subsistência e, conseqüentemente, para a segurança alimentar de milhões de pessoas no planeta, especialmente da população feminina (Shiva, 2014). Além disso, Silvia Federici (2019) mostra que a luta feminista pelo uso não comercial dos recursos naturais e pela reapropriação da terra é de fato importante porque possibilita a sobrevivência de uma parcela significativa da população. Em adição, é importante porque nos mostra modelos alternativos de vida que não representam uma ameaça para o planeta Terra.

Tanto nas áreas rurais quanto urbanas, as mulheres produzem a maior parte dos alimentos consumidos e comercializados pela população global. No entanto, vale ressaltar que grande parte dessa produção não é remunerada e, muitas vezes, ocorre em ambientes informais (Federici, 2019). Diante das mudanças globais, as mulheres são as primeiras afetadas, suportando maior exposição a eventos extremos e enfrentando aumento do estresse físico e mental, bem como da violência, especialmente aquelas em circunstâncias vulneráveis com acesso limitado a ferramentas e recursos de enfrentamento (Batthacharya, 2013). Nesse sentido, as mulheres migrantes, particularmente as do Sul Global, que se caracterizam por se encontrarem em situação de maior vulnerabilidade, vivenciam esses efeitos de forma acentuada.

Perspectiva feminista e interseccional

Atualmente destaca-se a questão da feminização dos fluxos migratórios, especialmente no caso das migrações internacionais. Esse processo pode ser observado também no caso da migração para o Brasil. Segundo relatório do OBMigra (2022), o número de mulheres imigrantes que foram registradas no Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra) em 2021 foi aproximadamente 3 vezes maior do que em 2011. Nota-se que as mulheres correspondiam a 32,6% do total de migrantes em 2011 (considerando-se homens, mulheres, crianças e adolescentes), e que esse valor saltou para 44,8% em 2021, um aumento de mais de 12 pontos percentuais.

Ressalta-se que o conceito de feminização das migrações diz respeito não apenas ao aumento quantitativo da presença de mulheres nos circuitos migratórios globais, mas também tem uma dimensão qualitativa muito importante (Dutra, 2013). Nesse sentido, fica evidente a necessidade de estudar as razões, as formas e os meios da migração das mulheres. Atenta-se ao

fato de que diferentes estudiosos afirmam que as mulheres têm sido historicamente migrantes independentes, e o que observamos atualmente não é apenas uma transformação na escala e no escopo da migração feminina, mas também uma mudança na forma como os próprios estudiosos interpretam esse fenômeno, que tem sido invisibilizado por muito tempo.

É preciso considerar a migração um processo não neutro, uma vez que este é marcado por assimetrias e desigualdades de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais (França, 2012; Piscitelli, 2008). Tomando por ponto de partida uma perspectiva feminista e interseccional, deve-se enfatizar que esse processo é permeado por relações sociais e hierarquias que podem mudar em diferentes estágios, ou seja, pré-migração, durante o processo e após o estabelecimento dos migrantes no país de destino, simplesmente porque essas relações podem ser afetadas pela própria migração. É fundamental, portanto, buscar identificar, interpretar e analisar as causas das diferenças, assimetrias e desigualdades que ocorrem não apenas entre homens e mulheres, mas também entre diferentes grupos de mulheres.

Uma perspectiva feminista nos estudos migratórios implica colocar em pauta as seguintes questões. Como o patriarcado afeta a capacidade de migrar, no momento da migração e no país de destino? Como as relações de gênero são alteradas ou reconstituídas no período pós-migração? Cabe destacar que o gênero influencia quem se move, o que e como as decisões são tomadas no processo migratório e os resultados das migrações. Por outro lado, a migração influencia as dinâmicas de gênero, seja reforçando certas normas sociais de gênero, seja desafiando-as e transformando-as (Boyd; Grieco, 2003; Donato et al, 2006).

Julga-se necessário, portanto, que qualquer pesquisa sobre migração leve em conta que o gênero molda (e remodela) as causas, experiências e consequências da migração em um cenário global de mudanças climáticas, em virtude dos papéis sociais de gênero e da divisão sexual do trabalho. É importante notar que ambos terão um forte impacto nos riscos e desafios enfrentados por homens e mulheres durante a migração, bem como a possibilidade de migrar e as rotas migratórias disponíveis (UN Women, 2018). Nesse sentido, as mudanças climáticas e sua interseção com questões de gênero terão efeitos diferentes antes e depois da migração. Um exemplo diz respeito ao aumento do tempo gasto em atividades domésticas não remuneradas (realizadas principalmente por mulheres em todo o mundo), como cuidar de crianças ou idosos, limpar a casa e fornecer água potável e alimentos para os membros da casa, tarefas que podem se tornar mais exigentes para as mulheres antes do processo migratório, devido à multiplicação de eventos extremos (Olivera *et al*, 2021), levando à necessidade de mobilidade, ou podem se mostrar mais exigentes depois que a família se estabeleceu, dada a necessidade de adaptação a uma cultura e uma língua diferente, a dificuldade na conformação de redes de apoio, a falta de

acesso à documentação, o desconhecimento sobre os próprios direitos, a precariedade das moradias e os empregos no país de destino, entre outros.

Como dito anteriormente, é necessário que adotemos uma lente interseccional para o estudo das migrações climáticas. A interseccionalidade pode ser definida como a associação múltipla de diferentes formas de discriminação que interagem e se sobrepõem. Essa interação tem consequências estruturais e dinâmicas, e diz respeito especificamente a como o racismo, o patriarcado, o sexismo e outras formas de discriminação e segregação criam desigualdades básicas que se traduzem em estruturas hierárquicas que posicionam socialmente os indivíduos dependendo de raça, classe, orientação sexual, nacionalidade e assim por diante (Crenshaw, 2002).

Uma perspectiva feminista destaca que homens e mulheres enfrentam diferentes riscos e desafios antes, durante e depois do processo migratório, sendo confrontados com diferentes oportunidades. Uma perspectiva interseccional lança luz sobre o fato de que essas distinções de gênero são específicas a certos contextos e podem mudar muito a depender dos países e culturas, bem como outras características socioeconômicas, como a classe (Faustino, 2017).

Nesse sentido, a sobreposição entre discriminação de gênero, discriminação racial e classe social influencia as posições sociais e de mercado das mulheres migrantes, tornando-as um grupo particularmente vulnerável. Quando se trata de mercado de trabalho, por exemplo, a combinação de gênero, raça, classe e status migratório funcionam como justificativa para que elas sejam empregadas em postos de trabalho muito precários. Estudos sobre a migração de mulheres migrantes nos corredores Sul-Norte e Sul-Sul (Hochschild, 2015; Pérez Orozco, 2014; Valenzuela; Scuro; Vaca Trigo, 2020) apontam que essa inserção se dá especialmente como trabalhadoras domésticas, enfermeiras e cuidadoras, posições de baixa remuneração e baixo prestígio. Um fenômeno observado atualmente é o crescente fluxo migratório de mulheres do Sul global para realizar tarefas no setor dos cuidados, nos países do Norte global, em especial Europa e Estados Unidos, o que Lisboa (2007) denomina “globalização da assistência”. De fato, observa-se esse tipo de “corredor do cuidado” também entre as latino-americanas e caribenhas que migram dentro da América Latina (Valenzuela; Scuro; Vaca Trigo, 2020). No entanto, este não parece ser o caso das mulheres latino-americanas e caribenhas que migram para o Brasil.

Tonhati e Macedo (2020) reforçam que os estudos sobre migração e gênero, em sua maioria, têm suas construções teóricas baseadas nos fluxos migratórios Sul-Norte, sendo produzidos por pesquisadores que refletem sobre as migrações para e no Norte global. Tal lente

investigativa acabou por fazer com que o paradigma predominante para estudar as migrações fosse relacionado diretamente à demanda e inserção laboral em atividades ligadas aos cuidados.

No entanto, as autoras ressaltam que não se deve importar diretamente tal paradigma para estudar os fluxos migratórios de mulheres que migram para o Brasil sem uma análise mais profunda da realidade local, tendo em vista que o cenário pode ser bastante distinto. Um dos fatores a se considerar é que no Brasil não há, como nos países do Norte, um déficit de mão de obra nesse nicho ocupacional, pelo contrário (Tonhati; Macedo, 2020).

Abordagem decolonial

É essencial que além de uma abordagem interseccional, também adotemos uma abordagem decolonial para estudar a interseção entre migração, gênero e clima. Muitas vezes, é possível observarmos uma abordagem binária nos estudos migratórios, entre as mulheres do "primeiro mundo" e do "terceiro mundo", que situa as imigrantes na segunda categoria e, portanto, concebe essas mulheres como primitivas, vitimizadas, indefesas, ignorantes e apolíticas. Ao se colocarem como centro e definirem a emancipação a partir de suas próprias experiências, as feministas do Norte global transformam imigrantes do Sul em "outras ainda não emancipadas", em sujeitos subalternos e inferiores, que precisam ser resgatados por mulheres verdadeiramente emancipadas.

Como forma de explicar esse processo, os estudos decoloniais trazem à tona a noção de "colonialidade do saber" (Grosfoguel, 2008), que pode ser definida como a imposição do conhecimento, a partir de uma lente eurocêntrica, apagando e diminuindo outras formas de saber e reforçando o racismo sistêmico. É vital considerar como a colonialidade do saber molda as percepções e produção de conhecimento, em um processo de tomada de consciência sobre a importância de estudar a migração no Sul global a partir de uma perspectiva baseada na experiência desses migrantes específicos, que podem não ser os mesmos daqueles que migram para a Europa e os Estados Unidos.

Os estudos decoloniais, dessa forma, propõem uma ruptura com diferentes facetas da dominação e, particularmente, com os ideais de civilização resultantes das experiências coloniais. O principal objetivo desses estudos é romper com uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonial. Um dos conceitos mais importantes dos estudos decoloniais é a colonialidade do poder e sua relação com o sistema mundo moderno/colonial. Nos estudos decoloniais, modernidade e colonialidade são praticamente duas faces da mesma moeda, sendo uma delas

o lado obscuro da outra; portanto, tais conceitos não podem ser dissociados uns dos outros (Grosfoguel, 2008).

A colonialidade do poder (Quijano, 2005) pode ser descrita como o padrão de poder consolidado com o sistema mundo moderno/colonial, que gera hierarquias que são atribuídas de acordo com a raça. Nesse processo, há uma associação entre raça e trabalho, de modo que empregos de menor prestígio e condições mais precárias são relegados à população negra e indígena. A colonialidade do poder cria uma distinção entre colonizadores brancos "civilizados" e grupos colonizados "não civilizados/bárbaros" negros e indígenas, o que, por sua vez, diminui não apenas o trabalho desses indivíduos, mas também suas culturas, visões de mundo, religiões.

Outro conceito importante é o da colonialidade de gênero (Lugones, 2014). Esse conceito busca abolir a noção de "mulher universal" para chamar a atenção para o fato de que por trás dela reside a experiência de um seletivo grupo de mulheres, majoritariamente brancas. A colonialidade de gênero traz à tona o fato de que a colonização das Américas impôs um padrão específico de feminilidade às mulheres brancas (submissas, dóceis, domésticas) que não se aplicava às mulheres negras, que, como seus pares masculinos, tinham a expectativa de que participassem de trabalhos (geralmente muito pesados) fora de casa, e eram recorrentemente hipersexualizadas e submetidas a diferentes formas de violência. Nesse sentido, as mulheres negras, no Sul global, vivenciaram (e ainda vivenciam) o gênero de maneira muito diferente das mulheres brancas.

Os estudos sobre os fluxos migratórios no Sul global devem levar em consideração esses dois conceitos, uma vez que a intersecção entre gênero, raça, classe e status migratório pode criar uma situação particularmente vulnerável para esses migrantes. Além disso, é importante considerar que as experiências migratórias no Sul podem ser muito diferentes dos fluxos migratórios do Sul para o Norte.

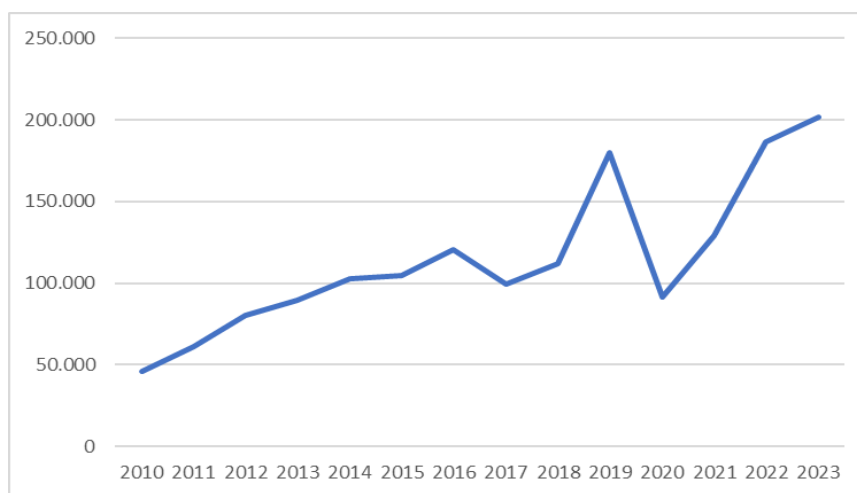
Panorama geral das migrações em números

Visando uma melhor compreensão acerca do fenômeno migratório no Brasil, realizou-se um pequeno panorama da migração brasileira nos anos 2010 e início de 2020. O Sistema de Registro Nacional Migratório³ (SisMigra) informa os registros de residência temporária e permanente concedidos aos imigrantes internacionais e pode ser usado como uma boa

³ Os dados foram obtidos através do sistema DataMigra, disponibilizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), disponíveis em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public>.

aproximação dos fluxos migratórios regulares que se destinam ao Brasil. De acordo com os dados compilados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), a partir do SisMigra, observa-se que há um crescimento expressivo do volume de migrantes que chegam ao Brasil entre 2010 e 2023, passando de aproximadamente 46 mil em 2010 para mais de 200 mil em 2023, conforme evidente no Gráfico 1. É possível perceber um aumento significativo no número de imigrantes registrados a partir de 2018, que é interrompida com a chegada da pandemia de Covid-19, mas parece retomar ao patamar anterior já em 2022.

Gráfico 1 - Número de registros de imigrantes de longo termo/ residente, por ano de registro (Brasil, 2010-2023)



Fonte: OBMigra, a partir de dados do partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra).

Principalmente na última década do atual século, cresceu o fluxo migratório para o Brasil, não só da população latina, mas de africanos e asiáticos. O fluxo migratório que mais impactou o país foi a chegada, nos últimos anos, dos haitianos, que se deu como consequência do grande terremoto que atingiu o país em 2010. Esse novo fluxo obrigou o país a tomar medidas emergenciais e colocar na agenda do Governo federal a questão migratória e a necessidade de uma nova legislação (Nascimento, 2017). Observa-se, no entanto, uma mudança desse perfil no fim da década de 2010, em especial com o fluxo de venezuelanos para o país, que migram para o Brasil principalmente em virtude da crise política que vinha afetando a economia do seu país, o abastecimento de alimentos e a assistência social (Rodrigues, 2019).

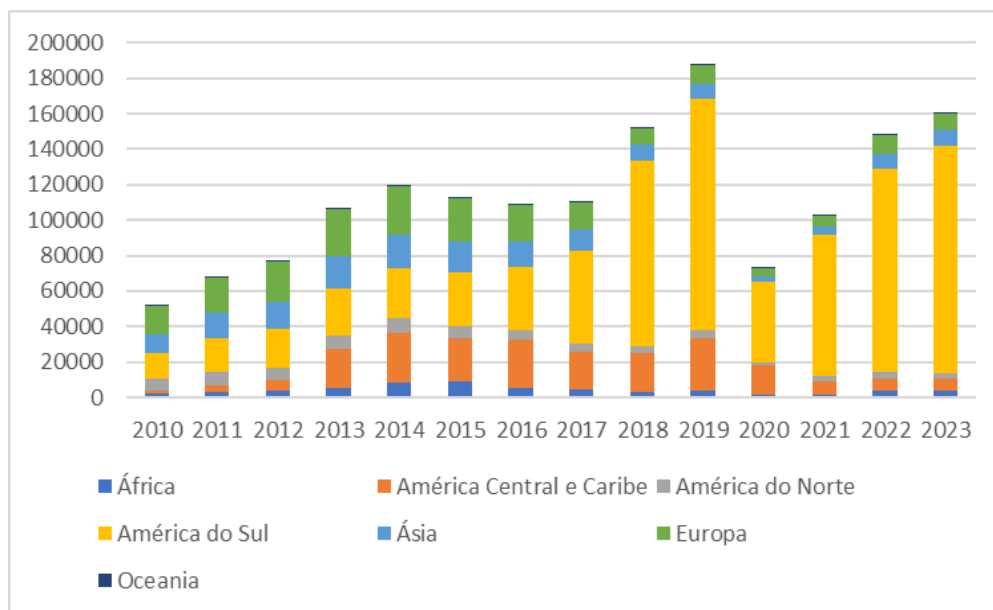
Segundo Moreira (2019), o Brasil vivenciou dois booms migratórios a partir dos anos 2000, um em 2010 e outro no período 2013-2014. Uma explicação para a autora seria o fato de que o país demorou a sentir os efeitos econômicos da crise de 2008, o que por sua vez

impulsionou a imagem da economia brasileira no mundo, atraindo imigrantes em busca de melhores condições de vida. No entanto, a mesma ressalta que a crise e posterior estagnação econômicas, que se dão em especial de 2015, não são fatores impeditivos da entrada de novos migrantes - em fluxos cada vez mais expressivos, como pode ser observado no Gráfico 1. Isso se daria porque o crescimento da migração no Brasil é também reflexo de um novo contexto de aumento dos fluxos migratórios entre os países do Sul global, diante de um enrijecimento das políticas migratórias dos países do Norte depois da crise financeira de 2008. Para Oliveira e Oliveira (2020), outro fator que impulsionou a migração para o país foi o acordo de Residência do Mercosul e Países Associados. Em conclusão, seria possível entender que o Brasil passa a atuar também como receptor de um fluxo importante de migrantes latino-americanos, que anteriormente se dirigiam à Europa e aos Estados Unidos.

O Gráfico 2 mostra o número de imigrantes residentes registrados pelo SisMigra entre 2010 e 2023 de acordo com a região de origem. Atenta-se que, em 2010, as duas principais regiões de onde vinham os migrantes eram a Europa e América do Sul, que correspondiam a 31,23% e 29,01% dos países de origem dos migrantes, respectivamente. Entre 2013-2020, há um crescimento muito importante no percentual de imigrantes da América Central e Caribe, que passa a corresponder a aproximadamente 20% do total das migrações, em especial por conta da imigração haitiana. Esse número apresenta uma queda muito significativa a partir de 2021, se mantendo no patamar dos 4% em 2023. Outra mudança importante observada é a queda da importância dos migrantes europeus, que passam a representar somente cerca de 6% do total de migrantes em 2023, e o aumento bastante significativo do peso relativo dos migrantes da América do Sul, que compõem cerca de 80% do total dos migrantes residentes no Brasil em 2023.

Oliveira e Oliveira (2020), a partir dos dados do CENSO de 2010, informam que, nesse ano, entre os dez principais países de nascimentos dos migrantes, cinco tinham origem no Norte global e representavam praticamente a metade do total dos migrantes (Portugal, Japão, Itália, Espanha e Reino Unido), os outros cinco sendo Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai e China. De acordo com os dados compilados pelo OBMigra, a partir do SisMigra, há uma mudança importante em 2022: dentre os dez principais países de origem, somente dois eram do Norte global (França e Estados Unidos), com os outros oito sendo países da América Latina e Caribe (Venezuela, Bolívia, Colômbia, Argentina, Haiti, Paraguai, Peru e Uruguai), atentando-se ao fato de que a Venezuela era o país de origem de mais de 55% dos migrantes.

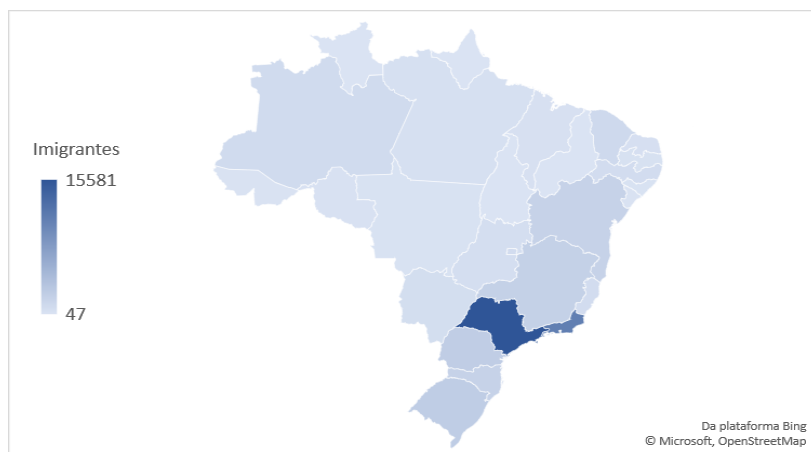
Gráfico 2 - Número de registros de imigrantes de longo termo/ residente, por região de origem (Brasil, 2010-2023)



Fonte: OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra).

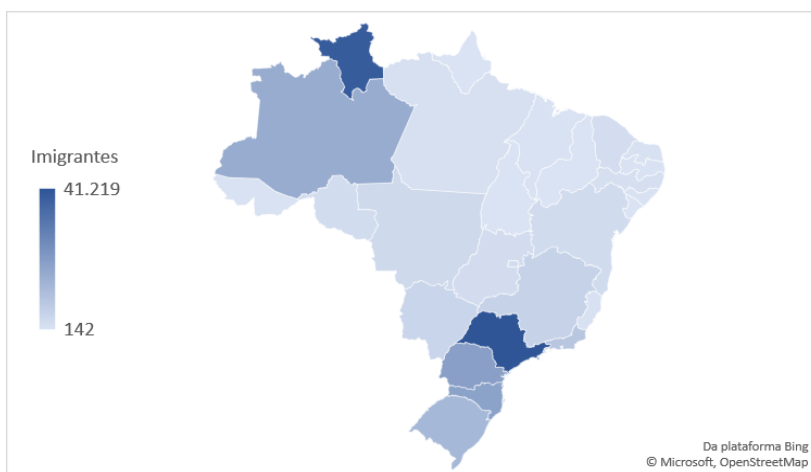
No que tange a residência dos migrantes, observa-se uma mudança no perfil dos estados brasileiros que absorvem a população imigrante entre 2010 e 2022. Em 2010, os migrantes estavam concentrados, principalmente, no Sudeste e no Sul: os cinco estados com maior população de imigrantes eram São Paulo (15.581), Rio de Janeiro (11.015), Rio Grande do Sul (2.467), Paraná (2.402) e Minas Gerais (2.023). Já em 2022, os cinco estados com a maior população de migrantes residentes eram, respectivamente, São Paulo (41.219), Roraima (39.200), Paraná (19.619), Santa Catarina (19.009) e Amazonas (16.086), segundo os dados compilados pelo OBMigra, conforme é possível observar nos Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 - Número de registros de imigrantes de longo termo/ residente, por estado (Brasil, 2010)



Fonte: OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra).

Gráfico 4 - Número de registros de imigrantes de longo termo/ residente, por estado (Brasil, 2022)

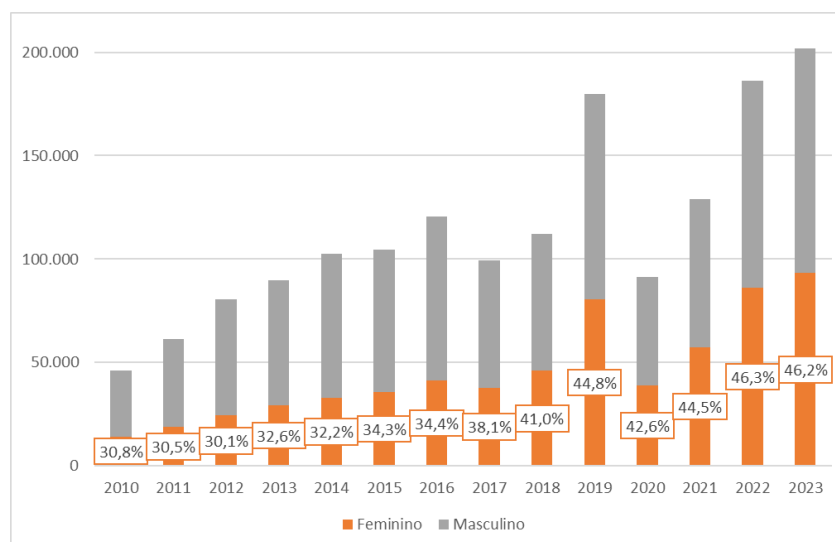


Fonte: OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra).

Em adição, é possível verificar que há também uma mudança expressiva na composição desses migrantes, com um aumento muito importante da participação das mulheres migrantes nos fluxos migratórios destinados ao país: observa-se um salto de quase 15 pontos percentuais, com as mulheres saindo de 30,79% dos migrantes em 2010 para mais de 46% em 2023 (Gráfico 5). É importante ressaltar que, embora não sejam maioria nos fluxos migratórios para o Brasil,

as mulheres parecem migrar cada vez mais para o país, e potencialmente de forma cada vez mais independentes, como fica claro observando o perfil das migrantes.

Gráfico 5 - Número de registros de imigrantes de longo termo/ residente, por ano de registro, por sexo (Brasil, 2010-2023)



Fonte: OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra).

Aponta-se que no início da década (2011-2015), a imigração boliviana era a mais volumosa dentre as mulheres no Brasil. Observa-se uma mudança em tal padrão a partir de 2015, quando as haitianas (5.301) ultrapassaram largamente as bolivianas (3.206) e se tornaram a principal nacionalidade em termos de registros migratórios até 2018, quando foram superadas pelas venezuelanas. No que concerne à distribuição espacial da imigração de mulheres, crianças e adolescentes, no início da década (2011-2015), São Paulo tinha maior peso em números absolutos nos segmentos investigados. A partir de 2019, cresce o peso de Roraima, embora São Paulo e os três estados do Sul do Brasil se mantenham como aqueles que mais absorvem migrantes (Tonhati; Macedo, 2020).

Os dados referentes às movimentações do Sistema de Tráfego de Imigrantes (STI), disponibilizados pela Polícia Federal, demonstram, em adição, que as mulheres migrantes também são protagonistas em recolocar o Brasil como destino. De maneira geral, são imigrantes sul-americanas e caribenhas que migram para o Brasil, em especial venezuelanas e haitianas, ajudando a estabelecer um novo perfil migratório feminino (Tonhati; Macedo, 2020).

A partir dos dados do SisMigra, observa-se que, entre 2010 e 2019, 69% das imigrantes eram solteiras ao se registrarem no país e estavam divididas entre as faixas etárias de 15 a 25

anos (24%) e 26 a 40 anos (43%). O perfil predominante das migrantes que chegavam ao Brasil era, portanto, jovem e solteira. Já no que tange a questão educacional, observa-se que houve um crescimento significativo no número de mulheres migrantes que possuíam ensino médio completo (passando de 39,4% para 49,5% entre 2011 e 2019), porém uma queda no percentual dessas mulheres que possuíam ensino superior completo (caindo de 32,7% em 2011 para 22,2% em 2019), segundo Tonhati e Macedo (2020).

Dados sobre migração e trabalho no Brasil

Segundo relatório do OBMigra (Cavalcanti et al, 2022), as mulheres imigrantes aumentaram substancialmente a participação no mercado de trabalho formal no país durante o período de 2011 a 2021. Em 2011, havia 19.095 mulheres imigrantes no mercado de trabalho formal no Brasil. No final da década, esse número passou para 60.775, um crescimento de 68,6% em dez anos.

Atenta-se ao fato de que houve um crescimento muito significativo na emissão de carteiras de trabalho para mulheres migrantes na década passada. Segundo Tonhati e Macedo (2020), e conforme pode ser observado na Tabela 1, em 2011 foram emitidas apenas 3.722 carteiras de trabalho para as mulheres, sendo que esse valor subiu para 39.813 em 2019, um aumento de 970%. As autoras inferem, a partir desse dado, que a busca por trabalho tem sido um dos objetivos das mulheres migrantes que chegam ao país nos anos recentes. A Tabela 1 mostra, ainda, que em 2019, as mulheres receberam 43,15% das carteiras de trabalho emitidas para imigrantes.

Tabela 1 – Número de carteiras de trabalho emitidas para imigrantes, por sexo (Brasil, 2010-2019)

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Feminino	2.759	3.722	6.593	9.942	12.291	12.525	12.175	13.612	27.059	39.813
Masculino	5.890	9.320	16.651	27.108	33.404	28.827	19.888	22.103	41.927	52.445

Fonte: OBMigra, a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

Como foi mencionado, nos anos recentes se deu uma alteração nos fluxos migratórios para o Brasil, o que também se verificou no caso das mulheres. Segundo relatório do OBMigra (Cavalcanti et al, 2022), em 2011, as mulheres migrantes que migravam para o Brasil eram

essencialmente originárias do Norte global: Portugal, Itália, Estados Unidos e Espanha, e migraram, sobretudo, para o estado de São Paulo e, em menor escala, para o Rio de Janeiro. Dez anos depois, venezuelanas, haitianas e colombianas passaram a ocupar os lugares de destaques entre as imigrantes que residiam no Brasil, ficando as portuguesas como as únicas representantes do Norte global entre as principais nacionalidades.

Tal alteração possui reflexos na inserção laboral das trabalhadoras migrantes. Em 2011, as mulheres migrantes se inseriram, em maior medida, em atividades laborais como: assistentes administrativas ou auxiliares de escritório e nos setores de atividade da Administração Pública em geral. Uma outra parcela importante atuava como vendedora no comércio varejista. Novos nichos ganharam relevância nos últimos anos com relação à inserção laboral de imigrantes mulheres. Em larga escala, destacam-se os empregos vinculados à indústria, como alimentadoras de linha de produção, que em 2011 empregava apenas 125 e em 2021 passou a empregar 5.095. Em destaque há, ainda, entre as ocupações, uma grande importância das ocupadas como faxineiras. Aqui é importante salientar que os dados se referem ao trabalho de limpeza em empresas e não ao trabalho doméstico. Finalmente, é relevante notar que ocupações como auxiliar nos serviços de alimentação 29 (2011) e 2.326 (2021) e cozinheiro geral 273 (2011) e 1.434 (2021) também foram espaços de inserção laboral para as mulheres imigrantes no país (Cavalcanti et al, 2022).⁴

Tonhati e Macedo (2020) investigam de maneira mais profunda a inserção laboral de haitianas e venezuelanas, migrantes que mais cresceram em número no país na década recente.⁵ A respeito das haitianas, as autoras encontraram que as ocupações de maior peso são: faxineira (em empresas de limpeza), alimentadora de linha de produção, auxiliar dos serviços de alimentação e magarefe, ocupações estas que se encaixam no que convencionou-se chamar “3D jobs: Dirty, dangerous and demeaning”, isto é, em postos de trabalho muitas vezes insalubres, perigosos e socialmente desvalorizados, ainda que pertençam ao mercado de trabalho formal. Atenta-se para o fato de que, agrupando distintas atividades de limpeza (faxineira, camareira de hotel e trabalhadora de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas), observa-se que este foi o nicho laboral que mais representou movimentações para as migrantes haitianas na década de 2010, somando 27% das ocupações.

⁴ Atenta-se ao fato de que a fonte de dados utilizada pelos autores é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que está restrita à análise do mercado de trabalho formal. Dessa forma, observa-se que faxineiras em domicílios particulares, vendedoras informais, camelos, vendedoras de rua, entre outros nichos ocupacionais não estão contemplados nessas estatísticas.

⁵ As autoras também utilizam como base os dados da RAIS.

Já no tangente às venezuelanas, estas têm como principais ocupações atividades ligadas ao setor de serviços, incluindo vendedoras do comércio varejista, operadoras de caixa, auxiliares de escritório, atendentes de lojas e mercados, e assistentes administrativas, embora, individualmente, a principal ocupação para essas mulheres seja também de faxineiras para empresas (Tonhati; Macedo, 2020). Interessa notar que, de maneira distinta das haitianas, as trabalhadoras venezuelanas não estão inseridas em postos da indústria frigorífica.

Outro ponto importante salientado por Tonhati e Macedo (2020) são os altos índices de desligamentos e o baixo saldo empregatício das mulheres imigrantes no país em todos os anos da série histórica analisada pelas autoras (2011-2019). Esta alta rotatividade, conforme destacado pelas mesmas, implica uma vulnerabilidade potencialmente maior para as mulheres imigrantes no país. Em adição, enfatiza-se que as mulheres migrantes ocupam menos de 30% dos postos de trabalho formais, quando pensada a soma de homens e mulheres inseridos no setor formal da economia.

É interessante notar que, ao longo do período de tempo analisado, há uma redução gradual na renda média das trabalhadoras migrantes que integravam o mercado de trabalho formal: em 2011, a renda média real era de R\$8.283 e em 2020 caiu para R\$4.326. Essas mudanças significativas no rendimento médio do trabalho das imigrantes estão associadas, sobretudo, à mudança no perfil das trabalhadoras, que anteriormente vinham do Norte global e conseguiam se inserir em cargos mais bem remunerados (Cavalcanti et al, 2022).

Tonhati e Macedo (2020) observam dois pontos importantes no que diz respeito à remuneração das trabalhadoras migrantes no Brasil: a diferença salarial massiva da renda das trabalhadoras do Norte e Sul globais e o *gap* de renda distintos que há entre homens e mulheres migrantes do Norte e Sul globais. Segundo as autoras, a soma dos dez maiores rendimentos entre as trabalhadoras imigrantes, que são oriundas majoritariamente de mulheres do Norte global, é 83% maior que a soma dos dez menores rendimentos entre as migrantes, estas oriundas em sua maioria do Sul global. Quando comparando a diferença de rendimentos entre os homens e mulheres imigrantes que recebem os menores rendimentos as autoras apontam que a diferença é muito menor, apenas 3.6% a mais para os homens, destacando-se que maior parte desses imigrantes com menores rendimentos são provenientes dos países pobres do Sul Global. No entanto, um cenário distinto se mostra presente quando comparando os rendimentos de homens e mulheres com rendas mais altas (e predominantemente provenientes do Norte global).

Importa destacar que os dados analisados pelo relatório da OBMigra (Cavalcanti et al, 2022) e por Tonhati e Macedo (2020) são baseados em informações disponibilizados na

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que se refere somente ao mercado de trabalho formal. Tendo em vista que o mercado de trabalho brasileiro ainda é profundamente marcado pela informalidade, é preciso considerar os dados acima apresentados como um recorte específico.

Oliveira e Oliveira (2020), a partir dos dados do CENSO de 2010, fazem uma análise da migração internacional e inserção laboral dos migrantes, considerando o mercado de trabalho informal. Segundo os dados analisados, havia um estoque de 431.318 imigrantes no país, sendo 53,6% homens e 46,46% mulheres, com 56,8% desse total de pessoas em idade ativa. Observou-se que, dentre as dez principais nacionalidades, cinco tinham origem no hemisfério norte e representavam cerca de metade da imigração (Portugal, Japão, Itália, Espanha e Estados Unidos), com os outros cinco países sendo Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai e China.

Analisando a População Economicamente Ativa (PEA), o CENSO estimou que residiam no país cerca de 199,2 mil imigrantes, com 192,7 mil ocupados, isto é, foi possível observar-se uma taxa de desocupação de apenas 3,4%, significativamente mais baixa que a taxa de desocupação para não migrantes. Em adição, a estimativa constatou que, dentre o total, 107,5 mil estavam formalizados e 85,2 mil (44,2%) se encontravam no mercado de trabalho informal⁶.

Em relação à posição na ocupação, foi possível observar que, entre aqueles ocupados no mercado de trabalho formal a maior parte eram trabalhadores com carteira de trabalho assinada (50,3%), em seguida trabalhadores por conta própria (25,2%) e empregadores (14,0%). Já entre os informais, notou-se que mais da metade (59,3%) se inseriu como trabalhador por conta própria, sendo somente 5,8% empregadores.

Quando analisando em específico o mercado de trabalho informal, Oliveira e Oliveira (2020) encontraram que a maior parte da força de trabalho estava concentrada nas regiões Sudeste (64,2%) e Sul (17,2%). Em relação à ocupação, observou-se que a mão de obra imigrante informal se concentra nos grupos de comércio e serviços, seguidos por operadores de máquinas, e profissionais das ciências e intelectuais, grupos esses que, somados, representam 52,2% dos trabalhadores. De maneira mais desagregada, as principais ocupações foram as de operadores de máquinas de costura, comerciantes de lojas, trabalhadores domésticos, balconistas e pedreiros.

⁶ Oliveira e Oliveira (2020) consideram trabalho informal aqueles que não realizam contribuições previdenciárias.

Em adição, os autores encontraram que o rendimento médio mensal do trabalho no mercado informal que auferem as mulheres migrantes no país correspondia a somente 56,6% daquele recebido pelos homens migrantes, embora a participação de ambos os grupos na distribuição de grupos de ocupação se mostrasse bastante semelhantes. Entretanto, foi possível perceber que a mão de obra imigrante enfrentou jornadas semanais de, em média, 41,5 e 36,4 horas, respectivamente, para homens e mulheres. Nesse sentido, os autores entendem que é provável que parte da diferença salarial entre os sexos seja resultante das jornadas médias de trabalho. Por fim, notou-se que uma parte significativa da força de trabalho imigrante (39,1% dos trabalhadores e 30,1% das trabalhadoras) sofria de jornadas de trabalho excessivas, maiores do que aquelas estabelecidas por lei (que fixava o teto em 44 horas semanais).

Considerações finais

As mudanças climáticas aceleradas possuem impactos muito significativos sobre a mobilidade das pessoas, além de terem efeitos importantes sobre as próprias populações migrantes quando já estabelecidas no destino. Pensando o caso das mulheres migrantes, é essencial entender como se dá a interação entre as desigualdades de gênero e a sobrecarga de trabalho de cuidados (seja na origem, seja no destino), remunerado ou não. Em adição, é preciso compreender as maneiras pelas quais gênero e migração se afetam, visto que, por exemplo o próprio ato de migrar, as rotas disponíveis, a forma pela qual se dá a migração, suas motivações e as possibilidades de estabelecimento no local de destino são afetadas pelo gênero, da mesma maneira em que a migração afeta as diferenças de gênero, podendo reforçar ou modificar distintas normas sociais e formas de desigualdade. Visando, portanto, melhor compreender tais questões, se propõe o uso da economia feminista como marco teórico.

Em adição, o artigo presente também está voltado para compreender um nicho específico que vêm ganhando espaço nos estudos migratórios no Brasil em virtude do crescimento do número de migrantes, as migrações Sul-Sul. Observa-se que as teorias migratórias, mesmo quando incorporam as perspectivas de gênero, tendem a fazê-lo partindo de pensadores e experiências do Norte global, que nem sempre são capazes de explicar em sua completude os fenômenos migratórios que ocorrem entre os países do Sul global. Portanto, propõe também a incorporação da perspectiva decolonial nesses estudos.

Os dados analisados a partir do SisMigra mostram que o Brasil vem se tornando, cada vez mais, destino de migrantes internacionais. De forma geral, fica evidente uma mudança significativa no perfil migratório dos imigrantes que chegam ao país, anteriormente oriundos em sua maioria de países do Norte Global (cerca de 60% oriundos da Europa e dos Estados Unidos em 2010), e que, passam a ser majoritariamente oriundos da América Latina e Caribe, em virtude de dois grandes movimentos migratórios recentes: a chegada dos haitianos como resultado da crise múltipla desencadeada pelo terremoto que atinge o país em 2009, e o influxo cada vez maior de venezuelanos que chegam ao país a partir do final da década de 2010. Observa-se, portanto, uma mudança importante na dinâmica migratória para o Brasil desde meados dos anos 2010, como país que passa a captar migrantes do Sul Global (atenta-se ao fato de que cerca de 80% dos migrantes em 2023 vinham de países da América do Sul, com destaque para a Venezuela) como resultado do endurecimento das políticas migratórias nos Estados Unidos e na Europa.

Também é possível observar que as mulheres são participantes cada vez mais ativas desses movimentos migratórios, tendo em vista um crescimento significativo no seu peso no total de migrantes que chegam ao Brasil no período analisado, e também em virtude do perfil de migrantes femininas que chegam ao país, isto é, de mulheres majoritariamente jovens e solteiras. Em adição, é destacado o fato de que as mulheres imigrantes aumentaram substancialmente a participação no mercado de trabalho formal no país durante o período de 2011 a 2021.

A partir da análise preliminar dos dados compilados pelo OBMigra e distintos pesquisadores, é possível chegar a algumas conclusões. Primeiro, que existe uma mudança importante no perfil dos migrantes internacionais que chegam ao país na última década, que passa a ser cada vez mais composta por migrantes de países do Sul global, com destaque para latino americanos e caribenhos. Em segundo lugar, parece que as mulheres estão se tornando mais numerosas nesses fluxos, e que as mesmas vêm migrando de forma mais independente. Por fim, que a participação dessas migrantes no mercado de trabalho também vem sofrendo alterações, em especial no que se refere aos nichos laborais que estas integram. Assim, a partir dos dados disponíveis, que como já mencionado apresentam várias lacunas e problemas na hora de analisar a situação das migrantes, é possível inferir que as mulheres migrantes do Sul-Global para o Brasil, estão colocadas em uma situação de grande vulnerabilidade, tanto pela precariedade de suas formas de inserção laboral, quanto pela ausência de políticas públicas de cuidados, de redes de contenção, de exposição a formas de violência e discriminação, às

dificuldades no deslocamento e na chegada para o Brasil, a partir de situações de deslocamentos forçados, seja por questões climáticas, econômicas ou políticas. Igualmente, é importante salientar que o presente trabalho faz parte da fase inicial da pesquisa sobre mulheres migrantes, que tem caráter exploratório sobre a sua situação, e que se observa a importância de aprofundar as análises realizadas para se chegar a um panorama mais preciso em trabalhos futuros.

Referências

BHATTACHARYA, Thiti. *Explaining gender violence in the neoliberal era*. International Socialist Review, n. 91, 2013.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018.

BOYD, Monica; Grieco, Elizabeth. *Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory*. Migration Policy Institute, 2003.

CARRASCO, Cristina. A economia feminista. *Tematicas*, vol. 26, n.52, pp. 31-68, 2018.

CARRASCO, Cristina; TELLO, Enric. Apuntes para una vida sostenible. In M. Freixanet (Ed.), *Sostenibilitats. Polítiques públiques des del feminisme i l'ecologisme* (pp. 13-53). Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 2013.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu.; SILVA, Bianca. *Relatório Anual OBMigra 2022*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CEPAL. *La autonomía de las mujeres en escenarios económicos cambiantes (LC/CRM.14/3)*, Santiago, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. *Demarginalizing the intersection of Race and Sex: A Black feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, 1989.

DONATO, Katherine et al. A glass half full? Gender in migration studies. *International Migration Review*, vol. 40, n.1, pp. 3–26, 2016.

DUTRA, Délia. *Migração internacional e trabalho doméstico: mulheres peruanas em Brasília*. OJM & CSEM, 2013.

FAUSTINO, Cristiane. O racismo e o patriarcado nas injustiças ambientais como entraves para a construção de uma nova sociedade. In S. Quintela (Ed.), *Rumos das Políticas de Desenvolvimento*. São Paulo: Instituto PACS, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FRANÇA, Thais. *Entre reflexões e práticas: feminismos e militância nos estudos migratórios*, e-cadernos CES, 18, 2012.

FRASER, Nancy. Contradictions of capital and care. *New Left Review*, vol. 100, pp. 99-117, 2016.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 80, março, pp. 115-147, 2008

HERRERO, Yayo. Retos del movimiento ecologista ante la crisis global. *Revista Andaluza de Antropología*, vol. 6, pp. 99-119, 2014.

HOCHSCHILD, Arlie. Global care chains and emotional surplus value. In *Justice, politics, and the family* (pp. 249-261). Routledge, 2015.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. Refúgio em números. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

LISBOA, Theresa. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. *Revista Estudos Feministas*, vol.15, n. 3, pp. 805-821, 2007.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, vol. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.

MOORE, Jason W. *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Brasil, Editora Elefante, 2022.

MOREIRA, Vitória. Migrações Femininas e a Nova Lei de Migrações: uma análise sobre a ausência da perspectiva de gênero na nova lei. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, vol. 4, n. 4, pp. 51-67, 2018.

NASCIMENTO, Mariângela. Imigração da mulher latina no Brasil. *Cadernos de Gênero e Diversidade*. vol. 3, n.1, pp.115-136, 2017.

OLIVEIRA, Tadeu; OLIVEIRA, Wagner. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: o que nos dizem as pesquisas domiciliares?. *PÉRIPLoS, Revista de Pesquisa sobre Migrações*, vol. 4, n. 2, pp. 65-94, 2020.

OILIVERA, Margarita.; PODCAMENI, Maria Gabriela.; LUSTOSA, Maria Cecília; GRAÇA, Letícia. *A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira*. São Paulo: FES, CEPAL, 2021.

OLIVERA, Margarita; VIERIA, Clarice; BAETA, Fernanda. *Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista*. TD Instituto de Economia 021. IE/UFRJ, 2021.

PEREIRA, Letícia; OLIVERA, Margarita. A centralidade das mulheres na resistência ao capitalismo: Um olhar sobre as redes de saberes feministas alternativos na América Latina. In G. MANTELLI; L. MASCARO (Eds.), *Direitos Humanos em Múltiplas Miradas*. São Paulo: Escola Superior de Advocacia da OAB, 2021, pp. 472-490.

PÉREZ OROZCO, Amaia. *Cadenas globales de cuidados: ¿Qué derechos para un régimen global de cuidados justo?*. Santo Domingo: ONU-INSTRAW, 2010.

PÉREZ OROZCO, Amaia. *Subversión feminista de la economía: sobre el conflicto capital-vida*. Traficante de sueños, Madrid, 2014.

PISCETELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, vol. 11, n.2, pp. 263–274, 2008.

PULEO, Alicia. Ecofeminismo: una alternativa a la globalización androantropocéntrica. In D. Rosendo et al. (Eds.), *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, vol. 233, pp. 117-142, 2005.

RODRIGUES, Lavínia. Imigração das Mulheres Latinas para o Brasil e o Mercado de Trabalho. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, vol. 4, n. 4, pp.68-82, 2018.

RODRIGÉZ ENRIQUÉZ, Corina. Trabajo de cuidados y trabajo asalariado: desarmando nudos de reproducción de desigualdad. *Revista THEOMAI*, vol. 39, pp. 78-99, 2019.

SHIVA, Vandana. *El Empobrecimiento el medio ambiente: las mujeres y los niños, los últimos*. In *Ecofeminismo*. Barcelona: Icaria Editorial, 2014.

TEIXEIRA, Marilane. *Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

TONHATI, Tânia; MACEDO Marília. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). *PÉRIPILOS, Revista de Pesquisa sobre Migrações*, vol. 4, n.2, pp.125-155, 2020.

UN Women. *Women on the Move in a Changing Climate: A discussion paper on gender, climate & mobility*, 2018.

VALENZUELA, María Elena; SCURO, María Lucía; VACA TRIGO, Iliana. *Desigualdad, crisis de los cuidados y migración del trabajo doméstico remunerado en América Latina*. Serie Asuntos de Género, N° 158 (LC/TS.2020/179), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.